

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO PARANAIBA – MINAS GERAIS.

AO ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA CPL.

PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2019

Avanço Prestação de Serviços Eirele - EPP sociedade empresária sediada em Paracatu-MG, na Rua Padre Bené, Nº 261, Bom pastor, regularmente inscrita no CNPJ sob o número 16.647.297/0001-11, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

I. DOS PRESSUPOSTOS

A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar recurso.

A empresa recorrente não venceu o certame o que, per si, evidencia o interesse recursal.

A peça de irresignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade.

Presentes, portanto, os pressupostos recursais.

I - DO CABIMENTO

Precipualemente esclarece a Recorrente que a interposição do presente Recurso Administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade. Vivemos em um estado Democrático de Direito, libertos de ameaças, utopias e absolutismos.

Espera que o Ilustre Pregoeiro e Equipe de Apoio, recebam esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento e traz a colação ao ensinamento de Ivan Rigollin Barbosa, *in verbis*:



"Lembramos, por fim, que nenhuma má vontade deve tisonar o julgamento da Comissão, como também o da autoridade superior, quanto aos recursos administrativos eventualmente oferecidos. Convém sempre julgá-los

*serenamente, sendo preferível refazer uma fase, uma etapa, que ter depois, ocasionalmente, todo o procedimento anulado sem desculpa possível. **Cumprir a lei, e obedecer aos seus princípios** é antes de tudo uma atitude inteligente, ainda que, vez que outra molesta."* (RIGOLLIN, Ivan Barbosa. Vícios do Edital. BLC, 1998, p.11).

II - DOS FATOS SUBJACENTES

A Comissão Permanente de Licitações Julgou HABILITADA a empresa **PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME**, lembrando que a empresa apresentou contrato de prestação de serviços com o engenheiro Ambiental sem assinaturas das testemunhas, dando a invalidade da comprovação de vínculo do Profissional com a Empresa, lembrando que para registro de contrato de prestação de serviços, a contratada deve ter testemunhas que assinam o contrato dando a validade expressa pela empresa, e apresentou seu atestado incompatível com o objeto licitado, sendo que a CAT apresentada da empresa, expressa somente serviços de obras de Engenharia Civil, vindo que a CAT é um documento que comprova a legitimidade do Atestado, e que de fato os serviços executados de acordo com o objeto desta licitação deve ter referência na mesma.

II - AS RAZÕES DA REFORMA

Nesse contexto, impende destacar que a Lei nº 8.666/1993, no artigo 30, inciso II, estabelece que a documentação relativa à qualificação técnica deve comprovar a **"aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação"**.

A norma licitatória (Lei 8.666/93) traz, especificamente em seu art. 30, inciso II, a tratativa da capacidade técnico-operacional dos licitantes, denotando, que a comprovação de sua capacidade, se dará mediante a apresentação de atestado de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

O D. Tribunal de Contas da União – TCU tem demonstrado com clareza que a aludida habilidade necessita ser provada unicamente mediante a





PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELE - EPP

demonstração de serviços análogos, sendo impedido o ultimato de comprovação com quaisquer entraves não previstos em lei que inibam a participação na licitação, e assim está amplamente demonstrado no Acórdão TCU de nº. 2882/2008-Plenário.

III – DO PEDIDO

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que, reconsiderando a decisão que julgou como vencedora a empresa **PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI – ME**, reconheça a incompatibilidade do objeto social da empresa com o objeto ora licitado.

Para tanto, se julgarem necessário, requer que seja diligenciada a verificação da proposta da licitante vencedora quanto à sua exequibilidade, adotando-se os seguintes critérios objetivos:

- a) Solicitação de planilha com composição dos custos, onde conste todas as etapas de organização do objeto licitado.
- b) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos

P. Deferimento

Paracatu – MG, 10 de Abril de 2019.

16 647 297/0001-11
INSC. EST. 002 253 155 00-46
**AVANÇO PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EIRELE - EPP**
FONE (38) 3804-4644 - 9. 9967-4844
R. PADRE BENE, 261- BOM PASTOR
CEP 38600-000 - PARACATU-MG

AVANÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELE - EPP
CNPJ: 16.647.297/0001-11
FLAVIO DE JESUS SANTOS
RG 14.603.441 E CPF Nº 073.866.596-79

